

## **A construção do mito de Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, a “Marília de Dirceu” e a formação da identidade nacional no Brasil no século XIX**

Procuramos, no presente trabalho, compreender o processo que levou à formação do Estado Nacional brasileiro. As relações que gestaram nosso Estado são parte de um contexto político, econômico complexo e longo iniciado durante a crise do processo de colonização do Brasil por Portugal. Durante esse processo o Brasil colônia conviveu com o fato de ser administrado por um soberano cuja sede de poder estava distante e que dependia de subpoderes locais como uma teia de relações variadas. No fim desse período, a partir de 1808, a América portuguesa se tornou sede do poder, estando os vassallos mais próximos do soberano que os governava. Passou-se depois para o período denominado Império onde o Brasil foi mantido sob o governo de descendentes do poder português. Durante todo esse período houve rebeliões, algumas contra o abuso na cobrança de impostos, outras pela busca de espaço político na estrutura de poder. Aos poucos se esboça com mais veemência a buscar por uma identidade nacional brasileira adequada aos “novos tempos”, uma mudança ocorrida entre o fim do Século XVIII e início do XIX.

### **Nação, nacionalidade e pátria no processo de formação do Estado Nacional brasileiro**

Iniciemos pela definição e posicionamento de conceitos importantes para o presente trabalho e período em questão.

A etimologia de nação – do verbo latino *nascor* – remete, com efeito, aos indivíduos nascidos numa mesma época ou lugar: no mundo animal, à ninhada. Por isso, já muito antigamente, aproxima-se de *gens*, dos descendentes de um mesmo antepassado varão, e de *genus*, raça, conjunto de indivíduos com uma origem comum e, portanto, com características semelhantes; mas também remete aos que nasceram num mesmo lugar, ou compartilham traços semelhantes, como a língua, considerados como consequência de um parentesco. (GUERRA, 2003: 35)

Assim como mudanças históricas agudas são observadas na sociedade brasileira, muitas vezes a reboque de uma conjuntura espacial e temporal mais abrangente, existe uma mudança ocorrida também na maneira como conceitos fundamentais ao período foram se adaptando à nova realidade. O trabalho *Metamorfoses do conceito de nação durante os*

*séculos XVII e XVIII* de José Carlos Chiaramonte, como sinaliza o próprio título, nos aponta estas mudanças ao longo do tempo e faz também um apanhado comparativo e analítico de vários outros autores clássicos sobre o tema. Como não é nosso objetivo estudar a obra do autor resumiremos seu estudo sobre a evolução desses conceitos apenas de forma a delimitar nosso trabalho de pesquisa. O argumento do autor para o seu trabalho é esclarecedor e nos interessa diretamente:

O propósito deste trabalho é analisar algumas mudanças no uso do termo nação no período entre meados dos séculos XVIII e XIX. Este objetivo corresponde à preocupação de esclarecer as modalidades com que os independentistas latino-americanos utilizam esses conceitos durante o processo de construção das novas identidades políticas que se sucederam ao colapso das metrópoles ibéricas. (CHIARAMONTE, 2003: 61)

A utilização das reflexões de Chiaramonte é adequada ao nosso trabalho por se enquadrar justamente no contexto e período em que se deu a Conjuração Mineira no final do século XVIII indo até o período em que a nação brasileira assistiu à sua longa e conturbada formação enquanto Estado Nacional ao longo do século XIX.

O século XVIII apresenta-nos um uso duplo do termo nação: o antigo, de conteúdo étnico, e o que podemos chamar político, presente nos tratados de direito natural moderno e difundido por seu intermédio na linguagem da época. (CHIARAMONTE, 2003: 71)

O conteúdo étnico de nação a que o autor se refere é usado não apenas para referir-se a indivíduos de uma mesma raça, mas dentre outros por compartilharem a mesma história e os mesmos mitos de origem fundadora.

(...) o conceito etnicidade – entendido de um modo amplo, relativo não apenas à raça, mas também aos atributos culturais e sociais de um grupo humano – será abordado aqui, não tanto como um tema polêmico da historiografia recente, e sim como um dos indicadores das diferentes maneiras, próprias ao século XVIII e à primeira metade do XIX, de conceber o processo de formação das nações. (CHIARAMONTE, 2003: 65)

Com relação à nação do ponto de vista político seria um conjunto humano que compartilha, ou é regido, por um mesmo governo o que em certos momentos já antecipa o conceito de Estado Nacional. Mas nos interessa também uma análise dos possíveis motivos que levaram à metamorfose dos conceitos e não apenas nos servirmos deles somente como vocabulário.

Se o aparecimento do uso “político” do termo *nação* é um problema histórico relevante para o período entre o século XVII e meados do XIX, outro problema, de natureza semelhante, é o do sentido que adquirirá no princípio das nacionalidades (...) que, antes do século XVIII, na literatura, enfatiza a terra de origem. A nação era o povo nativo de um país. Durante os séculos XVIII e XIX, a origem comum ou a raça, a língua e os costumes tornaram-se mais importantes que o país (...) Quando se desenvolveram as novas ideias sobre o significado das nações (...) enfatizou-se a existência de uma nação mesmo sem um Estado, o que tornou necessário um novo termo para tal objeto, que foi principalmente *nacionalidade*. (CHIARAMONTE, 2003: 89)

Nação deixa de ter apenas seus significados conhecidos como étnico e político se aproximando do conceito de nacionalidade resultado de mais uma mutação ou um tipo de simbiose onde “Numa terceira fase, paralelamente ao **Romantismo**, ocorre a conjunção de ambos os usos, o mais antigo, étnico, e o mais recente, político, no chamado princípio das nacionalidades.” (CHIARAMONTE, 2003: 85). Grifamos na citação o uso que o autor faz do termo “Romantismo” aproximando-o do contexto de formação de novas identidades, nações e/ou nacionalidades. Retornaremos a isso mais tarde.

De volta ao questionamento sobre o uso e a metamorfose dos conceitos:

Qual a causa do aparecimento de um significado não étnico para um conceito nascido com esse sentido e que, de qualquer modo, continuará a ser empregado dessa maneira, paralelamente ao outro, até os dias de hoje (...). Possivelmente, isso resulta da necessidade de legitimar Estados pluriétnicos, como as monarquias absolutistas (CHIARAMONTE, 2003: 86)

Foram muitas as mudanças políticas e econômicas entre os séculos XVIII e XIX para aquelas que Chiaramonte chamou as “metrópoles ibéricas”. As preocupações com o iminente desmoronamento do antigo sistema colonial obriga-as a se adaptarem a toda a realidade que os novos conceitos representavam. Lembrando que o Brasil, por exemplo, era um território originalmente habitado por diversas populações indígenas, dominadas pelos portugueses conquistadores e que depois se juntaram a estes, pela força, negros trazidos da África em grande quantidade e durante longo período, isso para falar do caráter puramente étnico que vimos trabalhando. No início do século XIX a população do Brasil já convivía com a miscigenação há pelo menos 300 anos. Ainda sob o ponto de vista de toda a população que vivia no território do Brasil do século XIX e especulando se ela se considerava parte de uma mesma “nação” ou de uma mesma “ninhada” basta lembrar que existiam movimentos rebeldes ou mesmo separatistas no nordeste e no sul do país. Isso nos parece o suficiente para começar a entender que para o Brasil, enquanto um Estado pluriétnico, um significado de

nação mais político que étnico seria útil na legitimação de um nascente Estado nacional brasileiro.

Trazendo para o caso brasileiro do uso ou do entendimento dos conceitos como podem ser vistos mirando o século XIX:

(...) *pátria* é o lugar de origem, o da comunidade (...) *pátria* não se confunde com *país*. Este é inequivocamente o Brasil (...) A *nação*, por seu turno, desloca-se para outra esfera (...) Bahia e São Paulo são suas pátrias, o Brasil é seu país, mas a nação à qual pertencem é a portuguesa. (JANCSÓ, 2000: 130)

Não podemos deixar de citar esses conceitos muito utilizados para o período pesquisado, onde *pátria* significava a região de origem como Minas, Bahia ou Pernambuco, por exemplo, não deixando de se aproximar e quase se igualar ao que chamamos antes de nação étnica. A nação no caso que Jancsó se refere acima seria o espaço simbólico onde alcançasse o poder do Estado e os súditos portugueses, uma vez que os descendentes de portugueses nascidos no Brasil se consideravam parte da nação portuguesa como uma honra e uma inclusão àquela nacionalidade primeira, se aproximando da nação política onde todos se sentem sob a égide de um mesmo governo. Ambos, *pátria* e *nação*, terminam fundindo de alguma maneira a ideia de terra natal, terra dos pais, onde estariam plantados seus gens e suas origens com o fato de serem governados por um único soberano. De modos diferentes a fusão de conceitos prepara o campo para ligação entre “súditos” de uma mesma nacionalidade, étnica e/ou politicamente, no interior de um Estado nacional em gestação e derivado de uma população pluriétnica.

Ao privilegiar a origem e a herança, a *pátria* é, sobretudo, memória, instância que enlaça, retrospectivamente, os vivos e os mortos, numa cadeia de solidariedade através da qual os indivíduos se reconhecem como com-patriotas (CATROGA, 2011:14)

Como manter unida uma população que vivia em um território tão extenso, com regiões de difícil acesso entre si, onde Portugal às vezes parecia mais acessível que a região ao seu lado e seus costumes não se comunicavam nem se igualavam.

O caráter de indeterminação e complexidade do processo de transição da Colônia para o Estado nacional brasileiro – caracterizado pela convivência conflituosa de múltiplas tendências, projetos e interesses, em grande medida facetados regionalmente -, têm-se configurado em consenso entre os historiadores e, na perspectiva inaugurada por Caio Prado Júnior, orientado diversos estudos que apontam para a “diversidade” (SILVA, 2005: 515)

Como integrá-los nesse território do Brasil como sua nação no século XIX? A apropriação de símbolos pátrios que pudessem ser vistos pela maioria como a representação de um ideal em comum é o que podemos perceber como elementos de ligação entre esses possíveis “com-patriotas”.

(...) no significado de pátria, a população e, em certa medida, o território tendem a sobrepor-se à faceta institucional, e a sua funcionalidade é dita numa linguagem lírica, afetiva e material, que antropomorfiza, tanto o território, transformando-o em paisagem, como a população, que se metamorfoseia numa comunidade fraternal. (CATROGA, 2011; 22)

O lirismo parece ser o elemento aproximador e transformador de representações e simbolismos que pudessem se tornar elementos patrióticos ligados talvez por suas lutas políticas contra o mesmo soberano. Durante a primeira metade do século XIX várias revoltas eclodiram no Brasil por descontentamentos diversos, mesmo que nenhuma investida do Estado fosse garantia de conter ou de esvaziar o surgimento de novas rebeliões, pois todas elas foram reprimidas, mas continuavam a surgir novas manifestações de descontentamento

Por sua vez, o Estado alude, predominantemente, à dimensão institucionalizada do poder que se exerce sobre uma população – que ele divide entre governantes e governados – e sobre um dado território, lugar onde a sua soberania traça e defende “limes” externos, ao mesmo tempo que procura eliminar os internos (...) pelo que não admira que sua linguagem seja de cariz técnico-jurídico e “fria” (CATROGA, 2011; 22)

O Estado em sua dimensão institucional de poder aproxima-se da opressão ao povo. É portanto uma instância “fria” de dominação e por si não consegue unir um povo em torno da ideia de uma nação onde as pessoas se sintam “Com-patriotas”

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 1989: 11).

O Brasil, antes unido, ainda que frouxamente, pelo sistema colonial, dava sinais de esfacelamento no início do século XIX, o novo império Português tinha dificuldades em manter unido o território e sua população. Manter o Brasil coeso sob o manto de uma nação era importante, pois “é a nação que confere o poder ao soberano” (CHIARAMONTE, 2003: 79) não importa se o soberano seja, rei, imperador ou presidente.

Essa tradição, que atribui o surgimento de nações à existência prévia de nacionalidades que buscam sua independência política impregnou até os dias de hoje a maior parte da **literatura** latino-americana. (CHIARAMONTE, 2003: 90) (GRIFO NOSSO)

## Movimentos rebeldes

Todo o período colonial e mesmo parte do período imperial são crivados de motins, rebeliões, revoltas, conspirações, inconfidências e descontentamento geral. Podemos fazer uso de inúmeros conceitos e distingui-los entre si argumentando e contextualizando historicamente seus agentes e aspectos variados, mas numa coisa eles se igualam, esses movimentos refletem a insatisfação das relações de poder estabelecidas entre o Brasil e Portugal, como nos aponta o estudo sobre a Interiorização da Metrópole de Maria Odila Leite da Silva. Além disso apontamos também relações que estão no cerne da formação de uma nação:

Entre os anos de 1789 e 1801 as autoridades de Lisboa viram-se diante de problemas sem precedentes. De várias regiões da sua colônia americana chegavam notícias de desafeição ao Trono, o que era sobremaneira grave. A preocupante novidade residia no fato de que o objeto das manifestações de desagrado, frequentes desde os primeiros séculos da colonização, deslocava-se, nitidamente, de aspectos particulares de ações de governo para o plano mais geral da organização do Estado. (JANCSÓ, 1997: 388)

Pelo menos no que diz respeito a Minas Gerais, ligado mais diretamente ao nosso objeto de pesquisa, toda rebeldia anterior, como o conflito entre paulistas e emboabas de 1708-9 e a revolta de 1720 que teve como protagonista Felipe dos Santos, não se iguala em intenções, feridas abertas, atos repressivos e desdobramentos políticos às do fim do século XVIII (HOLANDA, 1997: 394).

O novo que desponta é a sedição, entendendo-se por esta, nesse final do século XVIII, a ação organizada visando a revolução. A sedição é, e todos a percebem dessa maneira, o conjunto das práticas de natureza subversiva que, referidas à revolução, anunciam-na enquanto possibilidade, mesmo quando se concretizam apenas no simplesmente fazê-lo. A sedição é, então, a revolução desejada, o futuro anunciado, a política do futuro nos interstícios do presente. (JANCSÓ, 1997: 389)

Dentro desse quadro os movimentos que mais se destacam são a Conjuração Mineira, desbaratada em 1789, o movimento acontecido na Bahia em 1798 e a revolução de Pernambuco de 1817. O movimento de Minas Gerais foi organizado por letrados, bacharéis,

ouvidores, proprietários de minas e terras, militares e membros do clero. Foi como uma ferida que brotou dentro da própria máquina político administrativa portuguesa. Na Bahia onde “Os envolvidos na conspiração eram todos da ‘classe ordinária’ ” (MAXWELL, 1999: 170) aconteceu um movimento de características bem distintas do movimento de Minas.

No clima de opinião que se seguiu à revolta de São Domingos, a descoberta de planos de uma revolta armada dos artesãos mulatos da Bahia, no decorrer de 1798, teve um impacto todo especial, pois os planos demonstravam o que os brancos pensantes já haviam começado a perceber: as ideias de igualdade social, se propagadas em uma sociedade onde apenas um terço da população era branca, seriam, inevitavelmente interpretadas em termos raciais. O episódio baiano revelou a politização de estratos da sociedade que mal tomaram conhecimento da conspiração mineira. (MAXWELL, 1999: 167)

Articulada e entranhada dentro das classes inferiores o movimento da Bahia possui características mais aproximadas de reivindicações populares. Os membros das duas revoltas têm características bem diferentes, assim como os objetivos que almejam com seus movimentos. Mas para Jancsó, embora tenham brotado distantes um do outro, as duas revoltas guardam algumas semelhanças:

Rigorosamente, apenas os eventos de Minas Gerais (1789) e da Bahia (1798) configuram sedições, na medida em que nestes se tratava de deliberada e organizada vontade de subverter a ordem pública e os padrões de organização do Estado. (JANCSÓ, 1997: 390)

Deslocamos agora para o nordeste no século XIX, o movimento teve características complexas, mas citaremos resumidamente o recorte que por hora nos interessa comparar sobre os outros dois levantes, ou seja, a origem de seus idealizadores e seus desdobramentos:

Março de 1817. No Nordeste, os efeitos da recessão eram agravados pela seca ocorrida no ano anterior, que diminuía a produção dos setores de abastecimento e da agroexportação (...) antigos proprietários sem recursos foram obrigados a dispor de parte ou do todo das terras e, ainda, dos escravos (...) Em função disso tudo havia carestia de mantimentos, principalmente da farinha e também do feijão, com fome para os setores populares (VILLALTA, 2003: 60)

A revolta de Pernambuco, se comparado a Minas e Bahia, foi a única das três aqui abordadas na qual os rebeldes conseguiram tomar o poder de fato durante um período, chegando a instaurar uma república no nordeste por alguns meses. Seus líderes tentaram fazer uma aliança com outras províncias vizinhas, promulgaram leis, perdoaram impostos da própria elite que representavam, aumentaram os soldos dos oficiais e soldados dentre outras realizações políticas (VILLALTA, 2003). Mesmo que seus objetivos não fossem

revolucionários no sentido de promover profundas alterações sociais, como se imagina atualmente no uso do termo revolução, credita-se a ela um ganho político.

A República Pernambucana realizou, durante 74 dias, uma possibilidade de independência que fragmentava a América Portuguesa, possibilidade essa abortada anteriormente com o êxito da repressão contra as Inconfidências de Minas, em 1789, e da Bahia, em 1798, movimentos que, por sua vez, traziam projetos diferentes de Brasil, ou melhor, de Minas e Bahia. (VILLALTA, 2003: 62)

Percebemos até aqui que essas revoltas, de certa forma, almejavam ganhos regionais dentro de um sistema de poder maior que era o do império português. Inseriam-se no conceito de pátria de Minas ou pátria da Bahia, por exemplo, como terra de nascimento, mas não tinham um cunho nacionalista, no sentido do movimento e das paixões de uma nacionalidade, nação étnica, em comum. Embora alguma coisa estivesse mudando nenhum deles era um movimento que tivesse essa consciência ou lutasse por uma nação brasileira ainda.

Os ensaios sediciosos do final do século XVIII anunciam a erosão de um modo de vida. A crise geral do Antigo Regime desdobra-se nas áreas periféricas do sistema atlântico – pois é essa a posição da América portuguesa – apontando para a emergência de novas alternativas de ordenamento da vida social (...) tanto das elites quanto dos outros diversos segmentos da sociedade colonial. (JANCSÓ, 1997: 389)

## **A construção do mito de Marília de Dirceu na formação do Estado Nacional**

Maria Dorotéia Joaquina de Seixas relaciona-se com a Inconfidência Mineira somente por ter sido noiva de Tomás Antônio Gonzaga. Buscamos entender como os agentes e pessoas relacionadas àquele movimento passaram de conspiradores malogrados a heróis nacionais. Em entrevista concedida à Revista de História da Biblioteca Nacional, István Jancso afirma:

O fato é que os mártires da independência baiana eram menos palatáveis para as elites que construíram o Império. Eles não podiam competir com aquela elite mineira, que acabou transferindo toda a responsabilidade para um militar da baixa oficialidade, mas oficial. Lucas Dantas não era algo que coubesse nessa história. A natureza de classe o desqualificava da condição de ocupar o mesmo nível de Tiradentes. Nem mesmo na Bahia. O Brasil não comporta heróis populares (JANCSÓ, 2009: 4).

Dentre vários movimentos de caráter diferente, como foram o da Bahia, de maior envolvimento popular, ou o de Pernambuco, onde os revolucionários conseguiram tomar o poder durante um tempo, por que coube ao movimento de Minas Gerais alcançar tamanha repercussão? De acordo com Furtado...



Porém, os objetivos visados pelas medidas repressivas da monarquia ibérica em 1792 não se consolidaram: além de não conter o movimento de redefinição política que se daria poucas décadas mais tarde, a partir de 1808 a Coroa parece ter conseguido, em flagrante paradoxo, apenas dar início a um processo que resultaria na criação de um mito, o do herói abnegado e perseverante, movido por grande idealismo e destinado – ainda que em um período posterior e através de sua apropriação pelo imaginário nacional – a interferir decisivamente nos rumos da História do Brasil. (FURTADO, 2001: 12)

Boa parte do que se liga à Conjuração Mineira recebe aura de símbolo da formação da nacionalidade brasileira, como memória comum dos mitos de origem, lugar onde se insere a doce imagem da musa Marília de Dirceu. Mesmo que Portugal tenha punido Tiradentes exemplarmente com a força e o esquartejamento e desterrado os outros conjurados não conseguiu se livrar dos rastros simbólicos deixados pelo movimento, posteriormente apropriados e usados na busca de legitimidade para a atuação política na sociedade.

Os significados culturais produzidos pelo pensamento mítico conferem aos seres sociais a possibilidade de tornarem-se proeminentes sobre a experiência vivida. A adesão mítica abre as portas de entrada para um plano de vida superior. Os homens julgam encontrar aí o repositório da sua identidade. (ARRUDA, 1999: 22)

Segundo Burton, viajante inglês que esteve em Minas no século XIX,

Depois daquele tempo (lutas pela independência) o mineiro tem estado tranquilo. O passado, porém, deve servir de **advertência aos estadistas**, no sentido de que **uma raça tão altiva** não deve ter motivos de queixa, se se espera que ela fique tranquila e satisfeita. (BURTON, 1976: 322) (GRIFO NOSSO)

Ainda para Arruda “A altivez, como se sabe, é atributo exclusivo dos “bem nascidos”; aos escravos e aos homens livres pobres, esta é prerrogativa totalmente vedada” (ARRUDA, 1999: 63). Estudos mais recentes vêm demonstrando um caráter mais elitista e até com aspectos regressistas, como na interpretação de Villalta, da Inconfidência Mineira “O movimento da Inconfidência e, principalmente, os significados que lhe foram atribuídos, encontram-se na gênese da formação desse conceito.” (ARRUDA, 1999: 63) o conceito da altivez e do caráter libertário dos mineiros.

Mas como essa elite foi acolhida por um país de maioria pobre e mestiça como símbolo das lutas pela liberdade e representantes da busca pela integração nacional? Acreditamos que isso não seria possível sem “personagens” e meios de propagação eficientes adotados por um longo tempo. Dentre eles destacamos o interesse despertado pela história do movimento por causa da implicação de pessoas da elite; os escritos dos viajantes sobre o

ocorrido com a publicação e circulação de livros em Portugal e no Brasil; releitura dos fatos ocorridos e publicação de inúmeras obras literárias tendo como personagens os “Inconfidentes” e suas musas, incluindo aí a Marília que segundo o imaginário nacional viveu para sempre em Vila Rica à espera do seu amado herói libertário Dirceu; o trabalho de historiadores do IHGB com seu olhar nacionalista do século XIX sobre fatos do XVIII; o Romantismo corrente do século XIX a impregnar as visões de leitores e escritores, literatos e historiadores de uma maneira geral; por fim destacamos o que acreditamos ser a fonte de parte considerável da propagação do mito da Inconfidência Mineira, a literatura produzida por seus envolvidos e sua circulação por meio de publicações e da oralidade. Poemas gestados na Vila Rica do século XVIII.

Nessa última consideração insere-se Marília como personagem lírica da obra poética de Tomás Antônio Gonzaga, cuja segunda parte dos versos da obra *Marília de Dirceu* foi escrita dentro da prisão da Ilha das Cobras enquanto aguardava sua sentença entre 1789 e 1792. Nos poemas Marília, sua amada, é a interlocutora das agonias de um homem cativo da tirana Coroa Portuguesa. É para ela que ele escreve. Um prisioneiro bacharel e descendente de portugueses, filho de um ouvidor, imprime naqueles versos as marcas das cicatrizes deixadas pela lacuna da liberdade que chegou tão perto e não foi alcançada. Gonzaga escreve a própria versão idealizada dos fatos. Mesmo se tratando de obra de ficção não é possível aos leitores separarem literatura de história. E a qualidade de seus escritos o lança para sempre no imaginário do povo brasileiro como parte integrante de um panteão de heróis que lutou pela liberdade da nação brasileira (ALCIDES, 1994; HELENA, 2005; OLIVEIRA, 2012).

Marília, enquanto personagem lírica, tem um papel importante nesse processo, pois para o imaginário das pessoas ela sacrificou sua felicidade e seu amor ao perder o amado em nome da liberdade de um povo.

O Romantismo a que nos referidos é como um sentimento idealizado que perpassa todo o século XIX ampliando seus valores heroicos, com a morte simbolizando o heroísmo e a honra máxima que um homem pode deixar como legado. Mesmo diante da perda da própria vida ou do que lhe for mais caro. O Romantismo unido a um nacionalismo que brotava no século XIX, viu nos heróis poetas fracassados do fim do século XVIII representantes ideais para o espelhamento do povo. Como se mesmo diante do fracasso não se devesse perder a esperança. Por outro lado, quando os nacionalistas românticos começam a reviver estes heróis poetas eles já tinham uma imagem e uma história que ecoava no Brasil por meio de sua

literatura o que acreditamos ter facilitado sua aceitação para figurar como grupo de heróis e heroínas do novo Estado Nacional brasileiro. “Nessas colônias desprovidas de imprensa, as novas ideias espalhavam-se por meio de três suportes: os livros, as cópias manuscritas destes e a linguagem oral” (JANCSÓ, 1997: 403)

Mesmo que até 1889 houvesse um herdeiro da família Bragança no trono a obra Marília de Dirceu e sua história continuou a ser propagada e reescrita de maneiras diferentes, em forma de peças teatrais, romances e novos poemas.

Aqueles homens que circulavam ali na vila mineira num dia, no outro eram falados de boca em boca, os poemas eram repetidos oralmente (Alcides, 1994), notícias espaçadas, incompletas, a versão vinda dos homens da lei portugueses. É possível avaliar a repercussão no imaginário das pessoas da prisão por crime de lesa majestade de homens escolhidos pelo próprio poder Português para estarem ali representando a administração, a lei e a justiça.

Uma vez que não era mais possível confrontá-los ou acessar algum tipo de “depoimento” dos envolvidos e que eles foram presos, separados, calados, sentenciados e degradados sem voltar ao Brasil restou aos interessados, ao povo, aos outros escritores, as palavras deixadas pelos próprios inconfidentes por meio de versos. Palavras cheias de poesia, beleza, ideais, amor, patriotismo, contaminadas pelo iluminismo, pelo romantismo e a ecoar na imaginação dos “brasileiros”.

Um último questionamento sobre o destaque aos revoltosos mineiros da elite, se apenas esse motivo, a altivez de sua linhagem, tivesse sido suficiente para torná-los heróis nacionais os idealizadores do movimento de Pernambuco, homens da elite de negócios voltado para a agro exportação, teriam concorrido aos mais altos postos de heróis da nação. Por isso insistimos que favoreceu aos participantes da Inconfidência Mineira os fatores agregados de serem homens “distintos” e a qualidade de suas produções literárias foi decisivo para a propagação de ideias e de uma imagem simbólica de “liberdade” durante todo o século XIX.

Tal ênfase na especificidade mineira e suas implicações para a história política brasileira foi incorporada pela própria literatura acadêmica e embora rompida por interpretações mais apuradas – como as de Friero e Maxwell – guiou não apenas o interesse da historiografia sobre os temas relacionados à Conjuração de 1789, como toda uma interpretação acerca da participação de Minas no processo da Independência e sua consolidação. (SILVA, 2005: 520)

O imaginário sobre “Os Inconfidentes” tende a fazer deles os precursores da luta pela liberdade, pela independência e por consequência pela Formação do Estado nacional brasileiro.

## **Conclusão**

Após o percurso do presente trabalho, podemos concluir, ainda que parcialmente, que a Formação do Estado nacional brasileiro, enquanto uma nação pluriétnica, de raças e costumes diversos, num território extenso, crivado de revoltas e insatisfações, governada pelo monarquia portuguesa até o século XIX, teve na literatura dos distintos letrados mineiros participantes da Conjuração Mineira um meio de propagação de pensamentos libertários idealizados e apropriados atemporalmente como heróis e heroínas do Brasil. Esse processo simbólico foi um dos elementos responsáveis por manter e integrar o Brasil e construir uma nacionalidade que se propagou por meio da mesma língua, da história reconhecida como própria dos brasileiros e da apropriação dos mesmo mitos de origem.

**BIBLIOGRAFIA**

ALCIDES, Sérgio. *A PÁTRIA DE DIRCEU: Memória e invenção de uma lenda nacional no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – PUC/RJ, 1994.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense,, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. São Paulo, Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

CATROGA, Fernando. Pátria e Nação. Disponível na internet:

<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catroga.pdf>. Curitiba: UFPR, 2011. Visualizado em 23/03/2013.

\_\_\_\_\_. Pátria, nação e nacionalismo. In: SOBRAL, José Manuel, VALA, Jorge (organizadores). *Identidade Nacional, inclusão e exclusão social*. Lisboa: ICS, 2010.

CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de Nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003, p. 61-91.

FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUERRA, François Xavier. A nação moderna: nova legitimação e velhas identidades. In: Jancsó, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003, p.33-60.

HELENA, Lúcia. *Tomás Antônio Gonzaga*. Rio de Janeiro: Agir – Edições Biblioteca Nacional, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A época colonial, tomo II: administração, economia, sociedade* por Aziz N. Ab'Saber. In: *História Geral da Civilização Brasileira*; v.1, t.2. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997.

JANCSÓ, István. *A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII*. In: *História da vida Privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *O Brasil não comporta heróis populares*. In: *Revista de História*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

\_\_\_\_\_. *Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*. São Paulo: Ed.SENAC, 2000.

OLIVEIRA, Ilca Vieira de. *Gonzaga, tradição recepção e reescritas*. In: Revista de Letras. Santa Maria: UFSM, 2001, P.97-105.

\_\_\_\_\_. *Os fios e os bordados: imagens de Gonzaga na ficção literária brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. Identidades políticas e a emergência do novo Estado nacional: o caso mineiro. In: JANCSÓ, István (Organizador). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Pernambuco, 1817, encruzilhadas e desencontros do Império luso-brasileiro*. Revista da USP, São Paulo (58), jun, jul, ago, 2003.